

# ESTAÇÃO sindical

REVISTA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO DE SANTA CATARINA - Nº 1 - INVERNO DE 2009

## Será que o nosso trabalho só vale para estatística?

Enquanto Tribunais adotam métodos dos executivos de grandes corporações, servidores correm o risco de ter pseudo-aumento via gratificação de desempenho baseada em enigmáticas “metas institucionais”, armadilha que a cúpula do Judiciário jogou na discussão sobre o Plano de Carreira



foto: LUIZ PRATES

Servidores em SC se mobilizaram para repudiar proposta dos Diretores Gerais dos Tribunais, que representa um retrocesso em relação ao atual PCS

● Diversidade catarinense se revela nas Centrais de Mandados

● Mandado de Injunção, instrumento para garantia de direitos

● Na Argentina, governo também abocanha parte da aposentadoria

# ESTAÇÃO sindical

Publicação trimestral do **Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina**  
**SINTRAJUSC**

Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux - Centro  
CEP 88010-560 – Florianópolis (SC)  
Fone/Fax: (48) 3222-4668  
Site: [www.sintrajusc.org.br](http://www.sintrajusc.org.br)  
E-mail:  
[imprensa@sintrajusc.org.br](mailto:imprensa@sintrajusc.org.br)

## Coordenadores Gerais

Adriana Maria Ramos  
Luiz Severino Duarte  
Paulo Roberto Koinski

## Coordenadores Executivos

Coord. de Finanças e Patrimônio:

Manoel Prazeres  
Pedro Antonio de Oliveira

Coord. de Cultura, Promoção Social e Esporte:

Silvana Liczbinski

Coord. de Comunicação e Imprensa:  
Denise Moreira Schwantes Zavarize

Coord. Jurídicos:

Liliane Toldo Cunha Oldra  
Neila Ávila de Souza

Coord. de Formação Sindical:

Luiz Roberto Silveira

Coord. para Assuntos de Aposentadoria e Pensão:

Adenir Lourdes Canonica Barbon

## Coordenadores Regionais

Região Norte

Gerson Henrique Franco de Macedo

Região Planalto

Robak Jose Barros

Região Oeste

Geraldo Tirelli

Região Sul

Luciana de Souza Cechinel Bez Batti

Região do Vale

Edmilson Silva da Rosa

Projeto gráfico e Diagramação:

Sandra Werle / Letra Editorial

Textos e Edição:

Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)

Ilustrações: Mendes

Impressão: Grafinoarte

Tiragem: 2.500

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

## Jornalismo e interpretação crítica da realidade

O Supremo Tribunal Federal recentemente decidiu que não é necessário ter diploma de jornalista para exercer a profissão. A alegação é que essa exigência vai contra a Constituição Federal, porque ela garante a todos os brasileiros, sem quaisquer impedimentos, o direito à livre manifestação do pensamento e à liberdade de expressão, independentemente de censura ou licença. É o direito de pensar e de dizer o que quer que seja. O que o diploma garantia aos jornalistas, porém, era o livre exercício da profissão com base em qualificações profissionais estabelecidas em lei, o que também está na Constituição.

A comunicação é um pilar fundamental da luta dos trabalhadores nos Sindicatos. Quem nos conta sobre essas lutas, esses fazeres, exercita a livre manifestação do pensamento e a liberdade de expressão. E o jornalista, quando escreve sobre elas, exerce a sua profissão, o jornalismo. São coisas diferentes.

O Decreto-Lei n. 972/69, que trata da profissão e prevê o diploma, NÃO impede a liberdade de expressão e manifestação de pensamento. A legislação até permite a figura do colaborador, que não é necessariamente jornalista, mas pode escrever no jornal e na revista e falar no rádio e na televisão para dar opiniões sobre qualquer assunto.

Só que para falar sobre os fatos que acontecem em todos os lugares, o jornalista não pode se limitar a dar uma opinião, como fazem os colaboradores/colunistas. O jornalista precisa ir até o local onde aconteceu o fato, ouvir as pessoas envolvidas nele, ler sobre o assunto para melhor compreendê-lo e, aí sim, fazer o discurso jornalístico circular nos diferentes meios de comunicação.

O papel do jornalista é narrar a realidade de forma interpretada e crítica. Isso quer dizer que ele busca, no fato individual, o que esse fato significa para quem o gerou e para quem se envolveu nele, e também o significado no processo histórico, fazendo a ponte entre o lugar e o mundo. Com esse conhecimento, as pessoas podem compreender a realidade, tomar decisões, mudar o que é necessário.

*Por isso o SINTRAJUSC dedica esta edição aos trabalhadores jornalistas e à profissão que exercem, o jornalismo.*

## Os quatro tempos da luta

A mudança das estações é celebrada em muitas culturas. Sazão de semear, sazão de colher, sazão de conscientizar... A revista **Estação Sindical** marca os quatro tempos do ano, ao circular no auge da primavera, do verão, do outono e do inverno. Comunicação para estreitar os laços com os trabalhadores, jornalismo para narrar as suas lutas.

# Estação de luta

2008 terminou com o pagamento da última parcela do PCS3, e os servidores do Judiciário Federal já haviam sinalizado, no início de 2009, que era hora de lutar por carreira de verdade. Depois de sete meses de trabalho, a Comissão Interdisciplinar do STF, na qual a representação dos trabalhadores é minoria, foi atropelada. Os Diretores Gerais dos Tribunais apresentaram uma proposta que institui Gratificação de Desempenho e cria um Conselho Consultivo da Carreira Judiciária, sem prazo definido para apresentar resultados.

É importante assinalar que a greve recente dos trabalhadores da Saúde e da Previdência teve, entre outros motivos, a questão dos critérios de avaliação de desempenho para pagamento da gratificação de produtividade. Os servidores ligados a essa categoria vêem o valor do contracheque flutuar à mercê das metas ditadas pelo governo e pelas chefias.

É o que vai acontecer se não nos mobilizarmos contra a proposta dos Diretores Gerais. Ela significa uma inversão na relação entre o vencimento-base e as gratificações. E o trabalhador público sabe que, de certo, só mesmo o vencimento-base, porque ali está a base segura da aposentadoria. Já gratificação, como sentem na pele trabalhadores do Executivo, é coisa que pode ser reduzida, ter o valor congelado ou simplesmente sumir do contracheque.

As dúvidas ficam ainda maiores quando se trata de Gratificação de Desempenho. Que relação de forças vai haver na hora de definir as metas que o trabalhador deve atingir? Com quais critérios ele será avaliado? Isso tudo abre caminho para punição e até demissão motivada por desempenho insuficiente. Por isso, nossa resposta aos Diretores Gerais tem que ser NÃO!

O fato é que enquanto a cúpula do Judiciário acena com gratificações, tentando desmobilizar os trabalhadores, as estruturas de poder se mantêm anti-democráticas e cada vez mais afeitas à lógica de mercado, que está impregnando os Tribunais. Por isso, neste inverno em que circula a primeira edição da revista **Estação Sindical**, os servidores do Judiciário catarinense precisam mostrar, como fizeram em 8 de julho, que estão prontos para a luta, se mobilizando para 14 de agosto, o próximo Dia Nacional em Defesa da Carreira.

## NESTA

## EDIÇÃO



### ESTAÇÃO INVERNO

4

### ENTREVISTA

O Judiciário na vizinhança 5

### JUDICIÁRIO EM SANTA CATARINA

A cara de Santa Catarina aparece nas Centrais de Mandados 9

### TALENTO

Romance musicado 11

### CAPA

Produzas que te gratifico 12

### JURÍDICO

O novo mandado de injunção e os direitos dos servidores 18

**COLUNA DO DR. JEKYLL** 19

### MEIO AMBIENTE

Agronegócio líquida Amazônia 20

### PONTO DE VISTA

Prioridades suspeitas 22



## Preconceito vencido

Primeiro magistrado cego do país, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, 50 anos, foi nomeado em 16 de julho para exercer o cargo de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. A Coordenação do SINTRAJUSC enviou ofício em apoio à indicação.

Procurador do MPT por 18 anos, Fonseca se notabilizou pelo combate ao trabalho infantil, às cooperativas fraudulentas de mão-de-obra, à discriminação no trabalho e em questões de meio ambiente. Em 1990, ele foi aprovado na fase escrita para um concurso de juiz do Trabalho em São Paulo, mas foi posteriormente desclassificado por causa da deficiência visual. Em 1991, obteve aprovação em concurso nacional para o MPT. Nascido prematuro aos seis meses, Fonseca teve paralisia cerebral, que provocou deficiência nas pernas e, aos 23 anos, perda total da visão.

**Entidades do** movimento sindical e popular deflagraram a campanha “O Petróleo tem que ser nosso!”. O objetivo é assegurar a consolidação do monopólio estatal do petróleo e o fim das concessões brasileiras de petróleo e gás, garantindo a destinação social dos recursos gerados. Desde março já foram realizadas, em nove estados do país, manifestações por um novo marco regulatório do petróleo.

**O PLC 06/07**, referente ao recesso de final de ano do Judiciário, estava no plenário do Senado Federal, mas não foi votado e retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa. O texto será reexaminado em função das duas notas técnicas elaboradas pelo CNJ e pela Associação dos Juizes Federais. Ambas são contrárias ao substitutivo do senador Pedro Simon [PMDB-RS], que acaba com o recesso no Judiciário. Com a retirada da pauta de votação e o retorno à CCJ, os Sindicatos de todo o país ganham tempo para convencer os senadores de seus Estados a derrotar o substitutivo de forma definitiva.

**Centrais sindicais** estão organizando o Dia Nacional de Lutas pela Redução da Jornada sem Redução de Salário, marcado para 14 de agosto. Na mesma data a FENAJUFE e os Sindicatos de base realizam atividades de mobilização no Dia Nacional de Luta em defesa do Plano de Carreira.

## Internet 10



<http://passapalavra.info>

Jornal on-line do Coletivo Passa Palavra, grupo formado por colaboradores de Portugal e do Brasil para construir um espaço de comunicação que contribua para a articulação e a unificação prática das lutas sociais. Estão disponíveis notícias, artigos, cartuns, denúncias, vídeos, áudios, debates e outros materiais informativos de produção própria.



## Santa só no nome

Resultado de uma investigação jornalística de três anos, “O mundo segundo a Monsanto” (Radical Livros, 2008, 370 páginas) revela os mecanismos pelos quais a política e a ciência se colocam a serviço

das grandes corporações. Escrito pela francesa Marie-Monique Robin, o livro desvenda como uma das maiores corporações do mundo construiu seu império, fazendo contrabando de sementes, manipulação de dados científicos, propostas de suborno a entidades reguladoras do poder público e maciço investimento em mídia. O documentário de mesmo nome, que originou o livro, foi exibido pela TV franco-alemã e está disponível em 12 partes no YouTube. Basta digitar “MONSANTO - O mundo segundo a Monsanto”.

# O Judiciário na vizinhança

Falta de Plano de Carreira e relações de trabalho pouco democráticas são problemas em comum no Brasil, na Argentina e no Uruguai

**Estação Sindical** – *Quais são hoje os principais problemas dos trabalhadores no Judiciário da Argentina?*

**Jorge Alberto Izquierdo** – Um deles é falta de uma Convenção Coletiva de Trabalho, a falta da carreira judicial, como acontece aqui. Uma carreira que nos garanta a ascensão, a promoção e a participação, sem que as Cortes Provinciais - porque nós representamos os trabalhadores provinciais - determinem unilateralmente quem ingressa no Poder Judiciário, que normalmente são os familiares, amigos... Queremos concurso público. Em algumas províncias é assim. Mas, na maioria, a designação de pessoal é uma determinação unilateral dos Tribunais Superiores de província. Nós somos totalmente contrários a isso.

**ES** – *E como os trabalhadores se organizam para esta luta?*

**Izquierdo** – Nós lutamos pelas Convenções Coletivas de Trabalho. Na República Argentina, a Constituição reformada em 1994 deu nível constitucional aos acordos celebrados em matéria de direitos humanos e com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Como somos empregados públicos, a isso corresponde que existam Convenções Coletivas de Trabalho com a qual possamos discutir salários, ingresso, plano

**A** luta dos servidores no Judiciário brasileiro, argentino e uruguaio tem muitos pontos em comum, como a falta de desenvolvimento na carreira e os problemas de saúde provocados pelo trabalho. Estação Sindical ouviu **Jorge Alberto Izquierdo, Secretário Geral da Federação Judicial Argentina, e Raúl Vázquez, Secretário Geral da Associação dos Funcionários Judiciais do Uruguai. Eles participaram da XV Plenária Nacional da Fenajufe, realizada nos dias 5, 6 e 7 de junho em Manaus. Confira os principais trechos das entrevistas:**

de carreira, regime de ascensões e também - o mais importante neste momento - a devolução de uma conquista muito importante para os aposentados: o 82% móvel do empregado que está em atividade. Ao se reformar a lei de aposentadorias, no governo do presidente Carlos Menem, praticamente se destruiu um regime que garantia a quem se aposentasse o recebimento automático de 82% do cargo em atividade. Portanto, quando aumentava o salário de quem estava em atividade, automaticamente aumentava o salário do aposentado. Isto ficou sem

efeito, e estamos lutando nessa direção.

**ES** – *Como são as relações de poder no Judiciário argentino?*

**Izquierdo** – Nós pretendemos que a democracia ingresse de vez no Poder Judiciário. Que quero dizer com isto? Que os juízes sejam designados em concursos públicos com participação de representantes populares, representantes dos trabalhadores do Judiciário, dos magistrados, dos colégios de advogados, sem a participação dos partidos políticos. Temos experiências em províncias nas quais, para o Conselho da Magistratura que designa os juízes, há um representante dos trabalhadores, há representantes públicos, populares, e os concursos são públicos. Mas a maioria das províncias não quer saber de absolutamente nada, porque os Tribunais dependem dos partidos no governo, e se nomeiam os juízes da Corte, os Juízes de Câmara ou os juízes de Primeira Instância em negociações políticas entre os partidos.

**ES** – *No Judiciário brasileiro está em processo a implantação da justiça eletrônica. Isso tem provocado problemas de saúde associados à alta produtividade. Como está a implantação do processo virtual na Argentina e quais são*



os problemas de saúde laboral mais freqüentes entre os trabalhadores?

**Izquierdo** – Na República Argentina carecemos de edifícios e de infra-estrutura necessários para desenvolver as atividades. Normalmente são casas ou edifícios alugados que não foram construídos para que funcione um tribunal. Temos tido casos que envolvem problemas no sistema de água e de esgotos. Isso traz problemas de segurança no trabalho. Nós temos um convênio com a Superintendência de Riscos de Trabalho do Ministério do Trabalho da Nação através do qual oferecemos cursos sobre condições laborais. Isso é supervisionado pelo Ministério do Trabalho, que impõe às seguradoras de riscos de trabalho, contratadas pelos tribunais, determinadas condições laborais. Se as condi-

ções não forem cumpridas, nós as denunciaremos e o Ministério do Trabalho se encarrega de exigir que essas organizações resolvam o problema. Mas isso dá muito trabalho, porque os tribunais também não aceitam que o Ministério do Trabalho intervenha na vida interna do Poder Judiciário, porque se acreditam deuses, e não juízes. A disputa no Judiciário é permanente, sobretudo na área de família, nos juizados de menores, onde os companheiros carregam o conflito social e não podem dar respostas porque ali não é um Ministério de Ação Social. Toda essa situação produz um grande estresse e depressões. Temos muita gente doente, ao ponto de algumas províncias terem celebrado convênio com os Tribunais para dar assistência aos companheiros, através de psicólogos e psiquiatras, a cada seis meses, para impedir que fiquem

doentes e que isso tenha impacto direto sobre sua estabilidade emocional.

**ES** – Centenas de trabalhadores ocuparam o Tribunal na província de Neuquén em maio do ano passado. O que aconteceu?

**Izquierdo** – Fazíamos a luta por melhorias salariais e o Tribunal de Justiça não nos respondia, agia como se não fosse com ele. Em uma Assembléia com 160 companheiros, tomamos o Tribunal Superior de Justiça, com os 5 integrantes do Tribunal dentro, e não deixamos que eles saíssem até solucionar o problema. Isso aconteceu em maio do ano passado. Mas, faz quinze dias [em maio de 2009], na Província de Córdoba, o Sindicato fez exatamente a mesma coisa. Os

**ESTAÇÃO**  
sindical

6

**ENTREVISTA**

## No Uruguai, ingresso agora é por concurso



**Vázquez: democratização do Judiciário é uma das prioridades**

**Estação Sindical:** *Quais são hoje os principais problemas dos trabalhadores no Judiciário no Uruguai?*

**Raúl Vázquez** – São os referentes à carreira judicial, à carreira administrativa, à saúde laboral - o que vocês chamam aqui de assédio moral - e os temas salariais, que historicamente são os que defendem os sindicatos e os trabalhadores em todo o mundo. Neste último ano temos lutado com muitos acertos no tema relativo aos ingressos ao Poder Judiciário. Queríamos que fossem ingressos democráticos, públicos, e que não existisse nepotismo, como existia através dos ministros da Suprema Corte de Justiça. Com esta finalidade, conseguimos que o Parlamento uruguaio votasse uma regulamentação



FOTOS: MIRIAM SANTINI DE ABREU

## Izquierdo: governos neoliberais desprezam trabalhadores

dos ingressos que entrou em vigor no dia 1º de janeiro deste ano. Agora a única possibilidade de ingresso ao Poder Judiciário é através de concursos abertos e públicos, nos quais todos os cidadãos uruguaios têm a possibilidade de entrar.

**ES** – *Com relação à saúde, quais foram os avanços?*

**Vázquez** – Não existe, no Poder Judiciário do Uruguai, uma política de recursos humanos que atenda os problemas de saúde laboral. Há um estudo do nosso sindicato segundo o qual, entre os cinco mil trabalhadores na Justiça uruguaia, mil têm problemas psicológicos ou psiquiátricos. São problemas provindos da sua tarefa específica ou de situações pessoais que

de alguma forma influenciam nesses casos. Temos denunciado publicamente este assunto e agora estamos fazendo uma pesquisa com trabalhadores da Justiça Penal, do Juizado de Menores, do IML e do Juizado de Violência Doméstica ou de Família para ver qual é a situação desses trabalhadores, que são muito vulneráveis em relação às situações de assédio moral.

**ES** – *Por quais canais se dá esse assédio moral, de acordo com a pesquisa que o Sindicato está fazendo?*

**Vázquez** – Para dar um exemplo, nos Juizados de Família, nos Juizados de Violência Doméstica - que nós temos de forma separada - tem havido agressões dos usuários aos trabalhadores. Isto

companheiros ficaram no hall do Palácio da Corte de Córdoba, que é uma das mais importantes do país e, até receber resposta a uma audiência que haviam solicitado, eles não abandonaram o Palácio de Justiça. O governo rodeou o Palácio com a infantaria da polícia para reprimir, porém uns 500 ou 600 companheiros foram apoiar os que estavam lá dentro. Como havia câmeras de televisão, meios jornalísticos, isso impediu que houvesse repressão. Fez-se a audiência, se estabeleceu um regime de encontros e, em uma semana, se conseguiu o aumento salarial.

**ES** – *Então o resultado só apareceu com enfrentamento...*

**Izquierdo** – O que nós dizemos é que estes governos neoliberais que governam os poderes judiciários no Brasil, na Argentina,

mostra a vulnerabilidade que tem o trabalhador diante dessas situações. As condições laborais e as condições dos edifícios do Poder Judiciário também fazem parte desta situação. Nos Juizados Criminais, por exemplo, o denunciante fica sentado do lado do denunciado, o que torna a situação ainda mais conflitante. Nós estamos lutando para criar um departamento de saúde laboral no Poder Judiciário, que não existe hoje. Isto permitiria que psicólogos, psiquiatras, de alguma maneira atuassem junto a esses trabalhadores que lidam permanentemente com o conflito. Depois, nos interessam as condições de trabalho em geral, as condições dos banheiros, da luminosidade nos setores, das escrivadinhas, que também formam parte da saúde do trabalhador.



no Uruguai - onde eu tenho consciência de que assim acontece – a única linguagem que entendem é a da violência, porque desprezam os trabalhadores. A eles não interessam as condições laborais, as necessidades econômicas, as necessidades familiares. Se eles estão muito bem pagos, o resto não tem interesse. Sim, o que interessa a eles é ser a mão comprida da repressão dos estados provinciais frente à falta de respostas sociais que teriam que dar com os enormes orçamentos, e também lhes interessa colocar um manto de impunidade sobre a corrupção.

**ES** – *Quais são os pontos em comum entre a forma de organização dos trabalhadores no Brasil e na Argentina?*

**Izquierdo** – Eu observo uma grande participação democrática

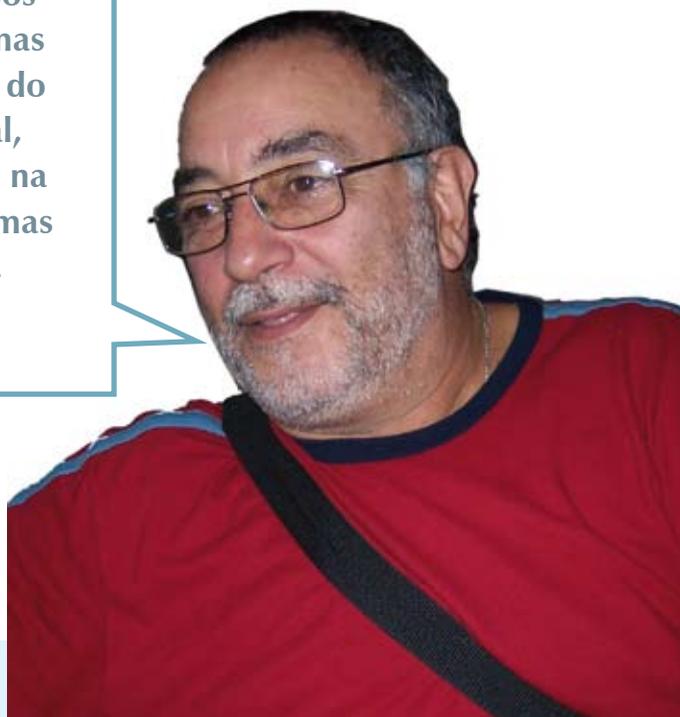
na FENAJUFE, e nós temos os mesmos procedimentos. Resolvemos tudo em assembléia. A cúpula não resolve absolutamente nada se não consulta os sindicatos de base. Nós temos formada, há mais de dez anos, a Coordenadora de Grêmios Judiciários do Cone Sul. Fizemos mais de 15 encontros e isso tem dado um grande resultado, porque começamos a conhecer a realidade dos judiciários do Uruguai e do Brasil, que não é diferente da realidade dos trabalhadores do judiciário na Argentina. Vocês estão brigando pela carreira judicial, nós também; vocês estão brigando por uma justiça democrática e independente, estamos brigando pela mesma coisa; vocês estão lutando por melhores salários, a nós acontece exatamente o mesmo. A reivindicação do trabalhador na América Latina é praticamente a mesma.

**ES** – *E há as tentativas de reforma do Judiciário...*

**Izquierdo** – Sim, através do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que estabelecem um regime para todos os poderes judiciários da América Latina, a “Reforma do Judiciário”, destruindo toda a carreira judicial. Por isso não avançam os processos para se conseguir uma carreira judicial. Há uma grande resistência das cortes porque o que eles querem fazer é constituir um “Poder Judiciário de Elite”, manejado unicamente por advogados, com três ou quatro empregados para fazer o trabalho mecânico, e só. Eles não permitem que gente que habita este país, ou o meu ou o Uruguai, possa ascender ao Poder Judiciário do país para trabalhar. Eles colocam uma Justiça de Elite para garantir os interesses dos grupos econômicos que funcionam no país, através do regime neoliberal que impera no Brasil, na Argentina e no Uruguai.

**Não existe, no Poder Judiciário do Uruguai, uma política de recursos humanos que atenda os problemas de saúde laboral. Há um estudo do nosso sindicato segundo o qual, entre os cinco mil trabalhadores na Justiça uruguaia, mil têm problemas psicológicos ou psiquiátricos.**

**(Raúl Vázquez)**



# A cara de Santa Catarina aparece nas Centrais de Mandados

**Conflitos ligados à diferentes formações sociais do Estado se expressam no trabalho dos Oficiais de Justiça**

O chimarrão passa de mão em mão na sala da Central de Mandados (Ceman) da Justiça Federal em Chapecó, no oeste catarinense. O gesto de compartilhar a cuja acompanha outro, o de compartilhar informações. Desde a criação da Ceman na JF do município, em 2003, os Oficiais de Justiça passaram a fortalecer o trabalho coletivo para aperfeiçoar as rotinas individuais.

Antes da existência de Central de Mandados, os Oficiais de Justiça eram ligados a uma Vara específica. Agora, tanto na JF quanto na Justiça do Trabalho no estado, as Varas encaminham os mandados diretamente para as Cemas. Cada uma delas segue normas ditadas pelos Tribunais. Mas, dentro da margem possível, também fazem regras próprias para a realização do trabalho, como a forma de distribuir os mandados entre os trabalhadores.

Tudo nas Cemas vira estatística em meticulosos “mapas de produtividade” divulgados pelos Tribunais. Há prazos e rotinas para cumprimento de mandados, que podem ser de citações, prisões, penhoras, arrestos, seqüestros de bens, buscas e apreensões. Por lei, os Oficiais de Justiça investem-se de fé pública e respondem civilmente por seus atos. Isso significa que as afirmações que eles fazem no exercício de sua atividade, até que se prove o contrário, são consideradas verdadeiras.

## Realidades regionais

Dá para afirmar que os conflitos ligados às diferentes formações sociais de Santa Catarina

**ESTAÇÃO**  
sindical

9



FOTO: MIRIAM SANTINI DE ABREU

Gilmar e Douglas: informações e chimarrão compartilhados na Ceman



aparecem nas pilhas de mandados entregues todos os dias pelos 116 Oficiais de Justiça da JF e 114 da JT. Na região de Chapecó, onde a JF atende 40 municípios, dos quais 6 com demanda semanal de trabalho, predominam as execuções fiscais ligadas à cadeia produtiva da agroindústria. As empresas tropeçam, deixam de pagar os tributos federais ao poder público e cabe ao Judiciário cobrar a conta.

Outra particularidade da região que aparece na Ceman são as disputas pela posse da terra. Esses são casos em que se expressa a atividade de risco inerente ao cargo. O Oficial de Justiça Gilmar Paulo Hauschildt conta que, em

uma área de risco iminente, já cumpriu mandado de reintegração de posse acompanhado de 200 policiais. No mesmo local o colega Douglas Ian Giroto teve que, como diz, “abandonar rapidamente uma diligência” porque foi ameaçado fisicamente por destinatários do mandado.

Em Criciúma, no sul do estado, a Ceman do Foro Trabalhista atua com base em processos principalmente ligados à mineração, setor plástico e moveleiro. Os mandados de penhora são freqüentes e fontes de estresse para os Oficiais de Justiça. São eles que pesquisam a existência e os valores de bens junto aos cartórios e órgãos públicos, e têm

que lidar com atrasos no envio dos dados solicitados, o que também adia a entrega do mandado. Os endereços das partes muitas vezes não são corretos e a ida até o local indicado, às vezes em outro município, se revela inútil e dispendiosa. Mas o mais difícil, revelam os trabalhadores, é ir na casa das pessoas, verificar todas as dependências e fazer a relação de bens. Ouvir choros e muitos desaforos não é incomum.

O Oficial de Justiça Paulo Roberto Bretanha Silveira conta que, se o mandado é de cobrança de dívida, o citado sempre tem uma história, e quer contá-la: “Quando o Oficial de Justiça chega, a pessoa quer se defender ali mesmo, diz que não é culpada, que não vai pagar... A gente escuta, e isso causa um acúmulo de tensão”. O que ele e os colegas buscam é despersonalizar o ato, mas é apenas a experiência – enriquecida nas conversas com os demais Oficiais – que minimiza o estresse diário. É uma realidade, a da rua, fora dos prédios dos tribunais, para a qual a informatização não dá respostas.

Para o Oficial de Justiça Edson



FOTO: RODRIGUES VIANA

Para Edson, trabalho do Oficial de Justiça permite o exercício do direito do cidadão



Em junho a Coordenação do SINTRAJUSC reuniu-se com cerca de 90 Oficiais de Justiça que estavam na Capital para a realização de um curso. Um dos assuntos foi a tramitação do PLS68/2003, que reconhece a atividade dos Oficiais de Justiça como atividade de risco e tem vários reflexos legais positivos para a categoria.

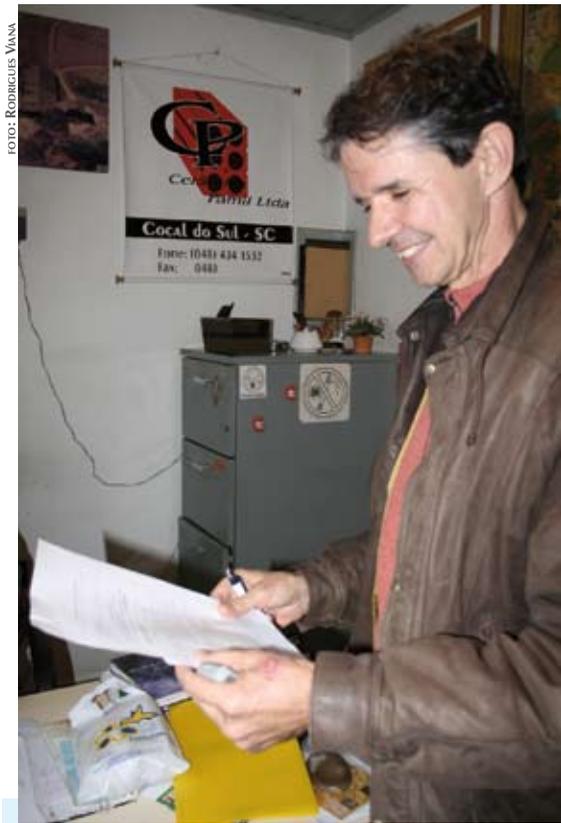
Jorge da Silva, que trabalha na subseção da JF de Florianópolis, o trabalho do Oficial de Justiça permite o exercício do direito do cidadão, o de saber que está sendo processado e de se defender. “Por isso me esforço para fazer meu trabalho com dignidade, porque o cumprimento de um mandado – ordem de despejo, por exemplo – cita pessoas que já estão ‘no fundo do poço’, e é preciso ter esse respeito com o ser humano”.

### Horário diferenciado

As estatísticas tornam essa realidade ainda mais complexa. Nos anos 90, o Fórum Trabalhista de Criciúma, por exemplo, que atende 10 municípios, tinha 2 Varas, 4 Juízes e 6 Oficiais de Justiça. Agora são 4 Varas, 8 Juízes e 8 Oficiais. Quer dizer, a produtividade aumenta em uma ponta, mas na outra o quadro de servidores não cresce de forma

proporcional.

Para dar conta do trabalho, uma característica das Cemans é que seus trabalhadores não seguem o horário normal de expediente, o que nem sempre é compreendido pelos colegas de outros setores. Os Oficiais de Justiça entregam boa parte dos mandados no início da manhã, ao meio-dia, depois das 19 horas, nos feriados e nos finais de semana. É a hora em que as pessoas estão em casa. Em Chapecô, assim como nas demais regiões, é comum eles cumprirem alvarás de soltura na madrugada. Por isso, Ceman vazia significa trabalhador na rua.



Paulo: partes citadas querem contar sua história

Foto: Rôniclus Viana

## TALENTO

# Romance musicado

Conta o Antigo Testamento que Miriam, irmã de Aarão e de Moisés, celebrou a passagem do Mar Vermelho cantando e tocando pandeiro. É esse instrumento de história tão antiga - chegou à Europa, vindo do Próximo Oriente, durante as cruzadas medievais – que toca Denise Aguiar, servidora na Seção de Análise e Desenvolvimento Organizacional da Justiça Federal em Florianópolis.

Artista plástica de formação, Denise já fez curso de percussão e atuou em grupo de chorinho. O gosto pela música ela divide com o marido, Claiton da Silva, também servidor da JF no Núcleo de Orçamento e Finanças, com quem é casada há 32 anos.

Claiton tem preferência por instrumentos de corda, como violão, guitarra, cavaquinho e banjo. Ele conta que essa vivência da musicalidade vem desde a infância, por influência de familiares. Com o passar do tempo, o músico foi se aprimorando, mas sempre como amador.

Apesar de não ter se profissionalizado, Claiton tem um pequeno estúdio onde mora, no bairro Balneário, no qual ao menos uma hora por dia seleciona partituras e se exercita nos instrumentos. “A cada 15 dias também reunimos alguns colegas em casa para beber, comer e ouvir música”, conta ele, que gosta principalmente de rock, samba de raiz e MPB.



Denise e Claiton: tempo livre é dedicado à música

Foto: Miriam Santini de Abreu



# Produzas que te gratifico...

**S**eu Gregorinho está no último degrau do PCS3 e a poucos anos de se aposentar. Tem medo, porém, de em breve ser classificado como “inativo” e, pior, por invalidez. Os proventos vão despencar! Já recebeu três licenças médicas por causa de uma Lesão por Esforço Repetitivo (LER) que não lhe dá sossego. Vive na perícia. Andou até meio deprimido por causa da dor. Pior é que tem a impressão de que os colegas já fazem uma cara meio feia quando olham para ele.

Quando voltou ao trabalho, seu Gregorinho recebeu uma Função Comissionada, mas, por causa dela, teve que abrir mão da compensação de sobrejornada. Os processos se empilham na mesa, as horas extras são frequentes, e nada de pagamento por elas! Dá-lhe produtividade. E um fiozinho de dor começa, de novo, a incomodar. Mas, quem, sabe, agora com o tal Plano de Carreira...

Nos dias 6, 7 e 8 de julho, seu Gregorinho visitou locais de trabalho na Justiça do Trabalho, Federal e Eleitoral em Florianópolis. O personagem, interpretado pelo ator Eduardo Bolina, foi criado pelo SINTRAJUSC para conversar com os trabalhadores dos Tribunais sobre problemas que as Administrações não podem mais jogar para debaixo do tapete. E o momento é agora, quando, a um ano das eleições presidenciais, o Judiciário discute o Plano de

FOTO: LUIZ PRATES



Seu Gregorinho e o “fantasma” visitaram Tribunal de Justiça de Santa Catarina para combater a LER

Carreira dos servidores.

Para a Coordenadora de Comunicação do SINTRAJUSC, Denise Zavarize, o envolvimento da categoria com o debate precisa mostrar a capacidade de mobilização e resistência dentro dos Tribunais. “Estamos perdendo cada vez mais direitos, tendo que lidar com as consequências de decisões tomadas a partir de um exercício de poder de cima para baixo”, diz ela.

## Combate ao “expansionismo militante”

É fácil perceber, nas evidências de que tal exercício de poder, que o Judiciário se enreda cada vez mais nos discursos e nas práticas de mercado. É nada disso é por acaso. Em junho, a imprensa divulgou pesquisa do CNJ segundo a qual instâncias do

Judiciário diminuíram a taxa de congestionamento de processos. Os Juizados Especiais e as Turmas Recursais, porém, receberam mais ações e julgaram menos casos entre 2004 e 2008. Entrevistado, o presidente do CNJ e do STF, Ministro Gilmar Mendes, deixou explícito o que pensa e que foi reproduzido por sites jornalísticos.

Primeiro arremessou essa: “O modelo ‘mais do mesmo’, que se repete ano após ano com a rotina de mais orçamento, mais magistrados, mais varas, mais servidores, está falido, o que é evidenciado pelo fato de que, apesar do aumento contínuo desses fatores, o número de processos pendentes de julgamento continua crescente”.

Depois, afirmou que é possível criar alternativas que tornem o Judiciário mais eficiente sem



ais e receberam de servidora uma bola de

# A cartilha do neoliberalismo

As bases teóricas do neoliberalismo se originaram no chamado Consenso de Washington, formulado por economistas do FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos EUA. Os princípios foram tomados como modelo pelos governos da América Latina e Caribe a partir de 1989, ano da eleição de Collor, seu primeiro porta-voz. Baseia-se em: disciplina fiscal, redução dos investimentos públicos, juros de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, privatização das estatais, desregulamentação e flexibilização das leis econômicas e trabalhistas. O Coordenador Geral do SINTRAJUSC, Luiz Severino Duarte, deixa uma pergunta no ar: “Qual seria o interesse em defender tais teorias e práticas de mercado, considerando que nos Estados Unidos, berço dessa cantilena desastrosa e desumana, os implantadores do modelo neoliberal já colocam publicamente que cometeram um gigantesco equívoco?”.

**ESTAÇÃO**  
sindical

13

umentar estrutura física, gastos e número de funcionários. “Sou um crítico a essa fórmula. Temos que combater o expansionismo militante e cuidar para ver se isso é realmente necessário”. Não poderia ser mais explícito.

É importante acentuar que o autor dessas afirmações participa do controle acionário do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), como denunciou em outubro de 2008 a revista *Carta Capital*. Criado em 1998, o IDP oferece seminários, palestras, treinamento de pessoal e cursos superiores de graduação e pós-graduação. Segundo a revista, entre 2000 e 2008, o IDP faturou cerca de 2,4 milhões de reais em contratos com órgãos ligados ao governo federal, todos sem licitação. No quadro de professores (basta checar a página na internet) estão Ministros de Estado e dos Tribunais Superiores,

além do próprio Mendes. Além de seus lucrativos negócios com o Estado, o ministro também ganhou as manchetes em 2008 por ter mandado soltar duas vezes o banqueiro Daniel Dantas, do grupo Opportunity, acusado de evasão de divisas, formação de quadrilha e corrupção ativa.

## Made in FGV

Se a cúpula do Judiciário quer mais “eficiência” com menos gastos e servidores, como essa conta vai fechar? Ora, com as fórmulas do mercado! O funcionário tem que ampliar a jornada ou acelerar o próprio trabalho na jornada legal. Mas, pela natureza pública do serviço, e sendo o Judiciário o “guardião” das leis, inclusive as trabalhistas, não dá para fazer isso sem mais nem menos. É preciso legitimar as práticas.

Um exemplo de como isso

acontece está infiltrado em Tribunais de todo o país, com o selo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A página da fundação na internet lista seis Tribunais Regionais como “clientes”, entre os quais o de Santa Catarina. A lógica com a qual a FGV trabalha se consolidou no Brasil a partir dos anos 1990, orquestrada pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que estava à frente do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). Foi o período em que as políticas neoliberais ditadas pelo FMI e Banco Mundial se firmaram no país.

Para os idealizadores do dito “novo modelo gerencial de administração”, a estrutura pública deve se restringir às atividades por eles consideradas típicas de Estado. E o Estado, pregam os gestores devotados ao modelo, deve ser o Estado mínimo. Direitos são transformados em serviços, como



a saúde e a educação. No Poder Executivo, essa lógica abriu espaço, por exemplo, para as escolas e universidades privadas e para os planos de saúde. E se a atividade não for considerada típica de Estado, ela pode ser alvo de privatização ou de terceirização.

Já nos Tribunais, áreas como limpeza, vigilância, transportes, comunicação, informática e manutenção em geral passam a funcionar com celetistas contratados e pagos por empresas terceirizadas. O critério é o que separa atividade fim – a finalidade principal do “negócio” – da atividade meio – os serviços “não-essenciais”. No extremo limite dessa lógica, a atividade fim do Judiciário ficaria restrita a quem lida diretamente com análise e julgamento dos processos, os juízes e assessores.

Artigos que louvam esse modelo estão até nos sites dos Tribunais, como o do TRT catarinense, onde há o texto “Trinta anos de atraso”. Nele, o autor faz uma análise histórica das iniciativas de Bresser Pereira e critica a Constituição de 1988, alegando a manutenção de “práticas clien-

telistas e patrimonialistas”, deixando o serviço público “mais ineficiente e mais caro”. E isso, continua o autor, num momento em que o Brasil devia reformar sua administração pública para “torná-la mais eficiente e de melhor qualidade, e assim ganhar competitividade no mercado globalizado”.

Esse discurso e as práticas que o tornam realidade se multiplicam como vírus nas leis e nas instituições, em um efeito-cascata. Na Era FHC, foram cortados mais de 50 direitos e conquistas trabalhistas, conforme levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). No âmbito do Judiciário, a onda aparece em coisas como os planejamentos

estratégicos dentro dos Tribunais. Pressionadas para “modernizar” suas práticas, as Administrações abriram as portas para técnicas de organização do trabalho que embutem o “made in FGV”. Por fim, a onda “éfegeveana” – onda, e não marola – atinge diretamente o dia-a-dia dos servidores através de regulamentos, portarias e resoluções.



FOTO: MIRIAM SANTINI DE ABREU



# Mais eficiência, menos gasto

**E**m dezembro de 2007, a Administração do TRT12 baixou a Portaria 977, que regulamenta a compensação de sobrejornada na Justiça do Trabalho em Santa Catarina. Nos “Considerandos”, uma linguagem bem conhecida: “Considerando a necessidade de flexibilização dos horários de trabalho para melhor racionalização dos serviços internos, visando otimizar o atendimento ao jurisdicionado”. Com a portaria, implantou-se o banco de horas no ramo da Justiça onde são julgadas disputas trabalhistas como... o banco de horas.

Dois parágrafos do texto são sintomáticos da lógica da mais “eficiência” com menos gastos e servidores. Um deles estabelece que o limite máximo, para compensação, é de 21 horas por mês. Outro avisa que o sistema de compensação de horas de sobrejornada não é aplicável aos ocupantes de cargos em comissão e função comissionada. Quem as tem, portanto, se fizer sobrejornada, trabalha a mais em troca de nada. Assim, o servidor com CJ e FC que faz hora extra “rende” produtividade, compromete a saúde, o tempo livre no convívio familiar e, de quebra, não leva para a aposentadoria os penduricalhos que o impedem de ter devidamente pago o trabalho a mais. É comum servidores aparecerem no Tribunal aos sábados para trabalhar ou levarem serviço para casa, inclusive quando iniciam as férias.

Nesse sentido a Pesquisa de Clima Organizacional feita pelo TRT12, para a qual a empresa HayGroup recebeu 90 mil reais, concluiu o óbvio. Um dos resulta-

dos revelou que juízes substitutos são os que sentem maior nível de cobrança no trabalho. Outro constatou que os detentores das demais funções comissionadas são os que percebem menor favorabilidade com relação à quantidade de trabalho esperada deles.

Coordenadores do Sindicato, em viagens ao interior do Estado, também ouviram reclamações de servidores da Justiça Federal em relação à sobrejornada e aos plantões judiciários. A Assessoria Jurídica está estudando o assunto.

## A armadilha da GD

Quando o assunto envolve FCs e CJs, a Pesquisa de Clima Organizacional dá pistas do que pode virar a tal Gratificação de Desempenho (GD), armadilha que os Diretores Gerais dos Tribunais armaram na pseudo-proposta para a carreira dos servidores. A gratificação pode chegar ao percentual de até 80% sobre o vencimento básico, mas “de acordo com o implemento de metas institucionais, na forma prevista em regulamento”. Para bom entendedor, meia palavra basta...

O Coordenador da FENAJUFE José de Ribamar França afirma que a avaliação de desempenho levará à instabilidade salarial dos servidores. “Se num período o servidor for bem avaliado, o seu salário ficará lá em cima. Se em outro período for mal avaliado, terá o salário reduzido. E aí como ficará a remuneração para efeito de aposentadoria?”, questionou Ribamar na 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos da

É comum servidores aparecerem no Tribunal aos sábados para trabalhar ou levarem serviço para casa, inclusive quando iniciam as férias.

Administração Pública Federal, organizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Secretaria Especial da Presidência da República no início de julho.

A crítica mais uma vez leva à pesquisa da HayGroup no TRT. Na questão “Eu conheço os critérios utilizados pelo TRT para definir o investimento no desenvolvimento das pessoas”, 64% dos que responderam se declararam desfavoráveis à afirmação. O resultado mostra um fato denunciado pelos Sindicatos: a falta de critérios claros para a concessão de FCs e CJs. A definição de critérios é um dos pontos da proposta de Plano de Carreira aprovada pela categoria na Plenária da Fenajufe em Manaus. O assunto, porém, passou batido na proposta dos Diretores Gerais, que foi apresentada no início de julho e atropelou a discussão sobre a carreira feita na Comissão Interdisciplinar do STF desde o início do ano.

Tudo isso é cria alimentada no mesmo ninho, no qual a estrutura pública é pensada a partir das necessidades do mercado. A HayGroup deu a pista quando, na pesquisa, mediu a cultura de inovação no Tribunal.





Em 2003, servidores do Judiciário foram à luta contra Reforma da Previdência

Segundo a empresa, o índice de favoráveis à afirmação “O TRT12 busca melhorar a qualidade dos seus serviços” ficou 7 pontos abaixo do Mercado Geral, que é a comparação feita com outras 97 empresas clientes da Hay, como Avon, Cemig, Claro, Golden Cross, Grupo Gerdau, Klabin, Rhodia, Tractebel Energia, Usiminas, Vonpar e Votorantim. Que leitura se pode fazer deste ranking? Será que inovar, na Justiça onde chegam os conflitos da relação entre capital e trabalho, é igual a inovar na indústria de cosméticos, celulose, refrigerantes e cimento?

Essa realidade tem relação estreita com a própria razão de ser do serviço público. É que essa lógica perversa vai contaminando o coração e a mente de quem, no dia a dia, atende a população.

No artigo “As relações sociais do trabalho judiciário com a saúde”, o médico e pesquisador Herval Pina Ribeiro, desvenda esse processo:

“Os trabalhadores públicos ainda não se reconhecem como uma população de trabalhadores estratégica situada nas entranhas do Estado; não têm percepção da essencialidade do seu trabalho, sem o qual o Estado não anda e não anda nenhum setor do sistema produtor de bens e serviços privados, porque todos dependem do Estado. O patronato e seus áulicos, incrustados no aparelho estatal, sabem disso: tanto que fazem de tudo para impedir a tomada de consciência dos trabalhadores públicos, aliciando-os com incentivos de produtividade e cargos em comissão e reprimindo suas tentativas e atividades de

organização”.

Esses mecanismos é que acentuam práticas como o assédio moral, velado ou explícito, ou discursos do tipo “os competentes se estabelecem”. Por isso, a discussão sobre o Plano de Carreira mexe profundamente com as estruturas de poder dentro do Judiciário. Não é por menos que os Diretores Gerais apresentaram sua proposta uma semana antes do Dia Nacional de Luta pela Carreira, em 8 de julho. Apresentaram e saíram de férias, avisando que só vão dar resposta aos servidores no início de agosto. Santa Catarina mostrou que está pronta para a luta. Para 14 de agosto está marcado o Dia Nacional de Paralisação, quando mais uma vez teremos que dizer não à ameaça de perder mais direitos e bater pé por carreira de verdade.

# Mordida na aposentadoria

Os direitos se afunilam, as pressões por produtividade crescem, o tempo livre é cada vez mais prisioneiro do tempo do trabalho. Estão fatores afetam a saúde de quem trabalha no Judiciário. Há poucas pesquisas sobre o assunto que tenham como foco o trabalho público. Porém, informações disponíveis, mesmo que não-sistematizadas, revelam que os problemas mais freqüentes se referem a dores osteomusculares, características de Lesões por Esforços Repetitivos, as LERs, e sofrimento psíquico.

Não é por menos. O Sintrajufe/RS realizou pesquisa sobre saúde nos Juizados Especiais Federais que revelou o impacto do processo virtual no cotidiano dos trabalhadores. 71,2% dos entrevistados disseram que, com a introdução da nova tecnologia, aumentou a quantidade de trabalho (veja entrevista sobre o assunto em [www.youtube.com/sintrajusc](http://www.youtube.com/sintrajusc)).

No SASER do TRT12, um dado revela que, em 2008, as doenças osteomusculares do tecido conjuntivo foram responsáveis por 18,47% dos afastamentos por licença médica. É a causa mais freqüente nas estatísticas. O percentual, porém, não distingue se a doença é ou não relacionada ao trabalho.

O fato é que o servidor que se aposenta por invalidez sabe o que o espera. No artigo “Regras

de aposentadoria do servidor público” (disponível na página do Sindicato), Antônio Augusto de Queiroz, Assessor Parlamentar da FENAJUFE e Diretor de Documentação do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), diz que, desde a Constituição de 1988, já foram aprovadas três emendas à Constituição (20/98, 41/03 e 47/05), com alterações profundas na previdência dos servidores públicos.

Uma delas é que a aposentadoria por invalidez, por exemplo, tendo ou não vínculo com doenças do trabalho, deixou de ser paritária. Agora, ela é corrigida pelos índices utilizados para reajustar os benefícios do regime geral de previdência social. O valor do benefício é reduzido e desvinculado dos ganhos assegurados aos servidores em atividade.

A PEC 270/2008, em análise por uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados, acrescenta um parágrafo à Constituição Federal para reverter essa decisão. A PEC beneficia quem ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998 e prevê proventos integrais (desde que a invalidez permanente seja decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei), e a volta da paridade em relação ao vencimento dos servidores em atividade.

## Adoecimento não é casual

Há uma associação entre as fases do capitalismo e as doenças coletivas na classe trabalhadora:

- Fase de acumulação do capital (1700-1850): tuberculose
- Fase pré-monopolista (1850-1950): conjunto de doenças e acidentes típicos de trabalho
- Fase monopolista e atual (1950 em diante): doenças atípicas de trabalho, como o sofrimento mental e as LERs

Fonte: Artigo “As relações sociais do trabalho judiciário com a saúde”, do médico e pesquisador Herval Pina Ribeiro, apresentado em Seminário realizado pelo Sindicato em setembro de 2008.



FOTO: LUIZ PRATES

**LER é um dos problemas de saúde mais freqüentes nos Tribunais**



# O novo mandado de injunção e os direitos dos servidores

Por mandado de injunção, o STF passou a garantir o exercício do direito constitucional de greve aos servidores públicos, mesmo sem a edição da lei específica prevista na Constituição Federal. É quase consensual a avaliação de que mais do que assegurar, a regulamentação baixada pelo Supremo restringe o exercício desse direito. Ironicamente, a viragem da jurisprudência do STF sobre MIs pode abrir novas perspectivas para defesa dos direitos da categoria.

A CF-88 prevê mandado de injunção para assegurar direitos, liberdades e prerrogativas constitucionais, quando a falta de norma regulamentadora torne inviável seu exercício. O Supremo, porém, relutou em dar-lhe efetividade. Limitou-se inicialmente a declarar a “mora legislativa” e cientificar o poder omisso para “tomar providências” (MI 361, Moreira Alves). Evoluiu ao fixar prazo para a supressão da lacuna e, não cumprido, facultar a postulação do direito ou garantindo indenização pelo prejuízo sofrido em virtude da omissão (MI 447, Moreira Alves; MI 283, Sepúlveda Pertence).

Finalmente, passou a assegurar diretamente o exercício do direito ou prerrogativa constitucional, nos mandados de injunção sobre direito de greve dos servidores. No MI 708, o Ministro Gilmar Mendes anotou que nesses casos “o STF não pode se abster de reconhecer que, assim como o controle judicial deve incidir sobre a atividade do legislador, é possível que a Corte Constitucional atue também nos casos de inatividade ou omissão do Legislativo”.

A novidade estendeu-se à aposentadoria especial dos servidores, prevista na Constituição e até hoje não regulamentada. Passaram a ser concedidos mandados de injunção, inclusive coletivos. O Plenário do STF unificou posição favorável e autorizou o deferimento dos mandados por decisões monocráticas. Registra-se que o SINTRAJUSC já fez impetrações por atividades insalubres/perigosas (MI 1.131, Marco Aurélio) e por risco de vida para Oficiais de Justiça (MI 1.132, Cezar Peluso, já concedido e atualmente sob embargos declaratórios). Logo o fará para Agentes de Segurança e portadores de deficiência.

Essa postura não deve parar por aí, mas alcançar outros direitos paralisados pela falta

de norma. Afinal, o Tribunal não pode deixar de reconhecer que é possível atuar nos casos de inatividade ou omissão legislativa. Um dos assuntos que reclama a nova solução é a falta de revisão geral dos vencimentos (CF, art. 37, X). A periodicidade anual, pelo menos para os servidores federais, já existia antes mesmo da Emenda Constitucional 19/98. A Lei 7706/88, que estabelecia 1º de janeiro como data-base para a revisão, jamais foi revogada. Isso o STF já reconheceu (MS 22.468, Maurício Correa).

Se alguma dúvida havia com relação à cogência da anualidade, dissipou-se pela EC 19/98. Ali foi estabelecido que a reposição deve ser feita a cada ano. Assim, a não edição da lei específica tem causado, ano a ano, grave prejuízo ao conjunto do funcionalismo, em aberto descumprimento de uma regra constitucional expressa.

O próprio STF declarou, em outras oportunidades, a mora legislativa quanto à lei de revisão geral, a cada ano contado a partir da Emenda (ADI 2.492, Ilmar Galvão).

No início da década foram ajuizadas milhares de ações buscando indenização por falta de revisão geral, inclusive pelo SINTRAJUSC, com vitória nos Tribunais. No STF, porém, foram proferidas muitas decisões contrárias que pareciam sepultar a discussão. Todavia, no RE 565.089 (Marco Aurélio), foi admitida a Repercussão Geral do tema. Espera-se que a nova jurisprudência sobre mandado de injunção influencie positivamente no julgamento da matéria em Plenário. Neste sentido os Memoriais que apresentamos em nome da FENAJUFE, já admitida no feito como *amicus curiae*.

O direito à reposição anual está umbilicalmente ligado a pelo menos outras duas garantias da Constituição: da irredutibilidade de vencimentos - que não pode ser tratada em caráter meramente formal, mas precisa ser dotada de alguma eficácia material - e da dignidade da pessoa humana - que é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

O avanço da jurisprudência do STF sobre mandados de injunção, desencadeado a partir do direito de greve, assim, pode alargar o horizonte na luta por outros direitos constitucionais, tanto dos servidores públicos quanto da população em geral.

## COLUNA DO Dr. Jekyll



**O Plano de Carreira** dos servidores do Judiciário está na berlinda. Um projeto gestado pela categoria depois de muitos encontros e dedicação é ignorado... Quem são esses senhores que ficam segurando o portão, impedindo o avanço dos servidores, movimento justo que deve ser respeitado e valorizado! Eles servem a quem? Segundo pesquisa de clima no TRT, apenas 20% dos servidores estão motivados e somente 43% sentem-se valorizados. Nosso P.C. visa justamente uma maior valorização do Judiciário como um todo, em que o servidor e o cidadão sejam os beneficiados. Quem não quer isso?

**E a Gratificação de Desempenho???** Neste terreno eu não entro. Muito pantanoso... Quem avalia quem? Divulgam tabelas com 80%, mas "só os melhores resistem" segundo a ótica getuliana... essa FGV... 61% dos respondentes não conhecem critérios claros para ocupação de cargo em comissão e função comissionada! PESQUISA DE CLIMA DO TRT... (Hay Group descobre o óbvio!)

**Ontem reli uma matéria** que saiu na revista IstoÉ nº 2062, de maio de 2009. Confesso que dá medo! Citam a Arquidiocese do Rio de Janeiro. Certo padre gosta de se vestir bem e de ambientes sofisticados. Desde pequeno ele sempre foi chegado ao luxo... Há dois anos, se achando gordinho, o padre contratou um personal trainer bilíngue (sem trema). Comprou carro importado, sofás com recheio de penas de ganso no valor de 21 mil cada. Sua sala na Arquidiocese estava lindamente decorada com paredes e portas a prova de som (?). E assim continuava a notícia, e eu, já me contorcendo no meu sofazinho, fico sabendo do mais escandaloso dos mimos: um apartamento no valor de R\$ 2,2 milhões com vista para o Pão de Açúcar! Bemmmm, cansei... Mas não é o final da história, e sim o começo, que é o mais assustador... Emmmm sumaaaaa... O padre pensou em reduzir custos quando assumiu como ecônomo da Cúria. Então a solução... rrsrsr... chamou a FGV para aplicar seus serviços. Demitiu 67 funcionários, fechou as pastorais (despesas, ora bolas!), enfim... limpou o campinho. Nos 16 meses em que administrou as finanças, deu sumiço em 15 milhões... Foi afastado para as investigações e em seu lugar assumiu o antigo assessor de imprensa, que junto com outros demitidos foi chamado de volta... A notícia é maior, mas vale relê-la, pois, nesse turbilhão de maldades contra o serviço público, terceirizações, fim da paridade entre ativo/aposentado, cortes de orçamento na saúde, educação, quebra de acordos (INSS), mais trabalho, menos salário, falta de servidores etc... podemos nos acostumar com isso e aí mora o perigo!

Nada contra uma fundação que procure seu espaço no mercado, no qual se identifique com os anseios de seus clientes... Tudo bem... Mas, no serviço público, **o fim é justamente o público**. Cliente é uma coisa bem diferente. Confesso, com a candura angelical assustada da Regina Duarte: tenho medo! Considerando que apenas 20% dos servidores do TRT estão motivados, deve ser considerada a amostragem para sentir o clima no país todo, nos TRTs, TRFs e TRFs... Precisamos de uma federação forte, não uma fundação... Plano de Carreira Já!!!

**Veja mais! Deu na Folha!...** Há 13 anos, a FGV propôs o fortalecimento da Diretoria Geral do Senado, com amplos poderes administrativos para Agaciel Maia, que ficou conhecido como 82º senador, de tão poderoso... Isso rola desde 1996 e hoje mais um escândalo sacode a casa... Atos SECRETOS... Chamada a se manifestar, a FGV agora propôs exatamente o contrário: que a Mesa Diretora, e não mais o Diretor Geral, retome o poder de assuntos administrativos (?). Agora respire fundo e veja o que o consultor da FGV, responsável pelo relatório, falou sobre a mudança de opinião: "O diagnóstico mudou porque essa crença de que o elemento técnico por si só vai garantir maior qualidade das decisões não é uma perspectiva mais correta. Tem de existir o controle político. A Mesa tem de assumir seu controle político sobre a parte administrativa". Eureka!!! Depois de 13 anos de cortesia entre amigos e muitos atos cabeludos, vem o "mea culpa"! E ele continua... É que a Diretoria Geral acabou promovendo um inchaço dessa área. "Houve uma catata de decisões que foram distorcendo aquilo que se pretendia e até caminhando para uma direção oposta." Pense um pouco...13 anos o Senado com assessoria da FGV... quantos "colaboradores" entraram no serviço público nesse período, por quais portas? Onde eles estão? E o Judiciário caminha em que direção? Não precisa responder...Vamos à luta!!!



# Agronegócio liquida Amazônia



## Projeto de terminal portuário ameaça Encontro dos Rios, patrimônio ambiental de Manaus

Nas terras catarinenses, conhecidas por tragédias naturais, a Assembléia Legislativa aprovou em março um Código Ambiental que ignora leis federais e torna mais fácil desmatar. Nas terras da Amazônia, vale agora a Medida Provisória (MP) 458, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com vetos, em junho passado. A MP estabelece regras para regularização fundiária de 67,4 milhões de hectares de terras públicas da Amazônia. As áreas de até 1,5 mil hectares já ocupadas serão transferidas sem licitação a particulares que ocuparam as terras antes de 1º de dezembro de 2004.

Fazia tempo que não se via, como em 2009, uma operação tão articulada de “flexibilização” das leis ambientais do país. Em Santa Catarina, o alvo foi o Código Florestal, Lei 4.771, de 1965, que, entre outras temas, define a metragem de preservação das matas ciliares (na beira dos rios, córregos e nascentes). O Código

Ambiental catarinense diminuiu essa metragem, e agora a lei é alvo de Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

De acordo com o “Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica para o período 2005 a 2008”, da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Santa Catarina é um dos estados onde a perda de florestas é mais crítica. Foram 25.953 hectares derrubados nos últimos três anos.

Tudo em nome da “operação motosserra”, como definiu a revista *Carta Capital* em reportagem de capa. À frente da força-tarefa estão ruralistas e seus representantes nos três poderes. Figuras conhecidas como o empresário Daniel Dantas, do grupo Opportunity, acusado de lavagem de dinheiro e corrupção, lideram as estatísticas da destruição de florestas. As cinco maiores áreas devastadas na Amazônia fazem parte de fazendas da empresa agropecuária Santa Bárbara, do

**Greenpeace  
denuncia  
destruição  
provocada  
pelo  
comércio  
global de  
carne,  
liderado pelo  
Brasil**

Veja o relatório do  
Greenpeace em:  
[www.greenpeace.org/brasil/amazonia/gado](http://www.greenpeace.org/brasil/amazonia/gado)

grupo Opportunity.

As informações foram reveladas por uma investigação de três anos da organização não-governamental Greenpeace. O relatório revela que a parceria entre a indústria do gado e o governo brasileiro está provocando mais desmatamento, trabalho escravo e invasão de terras indígenas. Nos anos recentes, segundo a entidade, a cada 18 segundos um hectare de floresta Amazônica, em média, é convertido em pasto.

O Brasil já tem o maior rebanho comercial do mundo e é o maior exportador mundial de carne. Até 2018, a meta é que o país forneça quase duas de cada três toneladas de carne comercializada internacionalmente. Para isso, em julho o governo federal liberou U\$ 41 bilhões em linhas de crédito para o setor agropecuário, dos quais 85% para a agricultura industrial.

No livro “O capital e a devastação da Amazônia”, que trata do setor da indústria madeireira, Fiorelo Picoli mostra como lá se articulam os projetos econômicos:

“O grande projeto para a região não foi traçado para madeiras. Elas contemplam uma primeira fase da investida capitalista regional, que acontece através do aproveitamento econômico das árvores, para em seguida realizarem a entrada das monoculturas e da pecuária, para servirem ao mercado mundial e sua lógica”.

O que acontece na Amazônia interfere de forma direta no planeta. O Greenpeace avalia que aquelas áreas de floresta estoquem de 80 a 120 bilhões de toneladas de carbono. Destruídas, elas liberariam o equivalente a 50 vezes as emissões anuais de gases do efeito-estufa produzidas pelos Estados Unidos. O resultado seria imprevisível.

No início de julho, os líderes das 17 principais economias do mundo emitiram uma nota na qual concordam sobre a necessidade de limitar a 2°C o aumento da temperatura do planeta em relação ao nível pré-industrial (fim

do século 18). Cinicamente, porém, não se comprometem com metas ou compromissos conjuntos e nem com financiamento para as medidas necessárias.

## Luta popular

Na plenária da Fenajufe realizada em Manaus nos dias 5, 6 e 7 de junho, uma informação surpreendeu os delegados presentes. Localizada entre dois dos maiores rios do mundo, o Negro e o Solimões, a capital do Amazonas enfrenta falta de água, principalmente na periferia. É que a água, como os demais recursos naturais da região, virou mercadoria, e para se ter garantia de abastecimento são necessárias repetidas manifestações populares.

O serviço foi privatizado em 2000, quando a Manaus Saneamento, subsidiária da Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama), foi leiloada e passou a se chamar Águas do Amazonas S.A. Foi a primeira privatização do setor de saneamento feita em uma capital brasileira. O contrato de concessão, que contou com recursos do BNDES, é de trinta anos pelos serviços de água e esgoto. Porém, a empresa privada, que não herdou o passivo trabalhista nem as dívidas – isso

ficou com a empresa estatal – não cumpre as metas prometidas.

Outra luta do movimento popular de Manaus é pela não-construção do mega-terminal portuário Porto das Lajes. A obra, que teria um pátio com mais de 100 mil metros quadrados de área, com capacidade para atender 250 mil unidades de contêineres, ficaria na confluência do Encontro das Águas do Rio Negro com Solimões, à margem esquerda do Rio Amazonas.

Segundo o coordenador do Fórum pela Ética e Políticas Públicas em Manaus, Moisés da Silveira Aragão, que participou do encontro de jornalistas da Fenajufe, o porto irá degradar o principal ponto turístico da cidade, além de afetar a qualidade da água no ponto de captação a ser construído e destruir o recurso pesqueiro da vizinhança. “O porto irá provocar grande impacto ambiental, e sobre isso o governador [Eduardo Braga] não quer nem papo com a comunidade”, afirma.

Apesar dos 4 mil e 400 quilômetros que separam suas capitais, Santa Catarina e o estado do Amazonas são alvos que provocam a gula dos que querem crescimento a qualquer preço. Mas lá, como aqui, a luta também se faz.



Latifúndios com monoculturas como a da soja dominam o estado do Mato Grosso



# Prioridades suspeitas



FOTO: MIRIAM SANTINI DE ABREU

Assessor Econômico do  
SINTRAJUSC

**Em 1 ano,  
US\$ 18 tri para  
salvar os bancos.  
Em 49 anos,  
US\$ 2 tri para  
acabar com a fome**

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), nos últimos 49 anos os países pobres receberam US\$ 2 trilhões para acabar com a fome. A previsão é que, com a crise, em 2009 aumente de 915 milhões para 1,02 bilhão o número de pessoas que passam fome no mundo.

Enquanto isso, os bancos receberam US\$ 18 trilhões em apenas um ano. E somente 1% do que foi dado pelos governos para salvá-los seria suficiente para acabar com a fome no mundo. Além disso, na última reunião do G-20, foram garantidos mais de US\$ 5 trilhões, até 2010, para os banqueiros.

A reunião, além de bancar, pelos cofres públicos dos países, os prejuízos que os especuladores tiveram, reanimou o “cadáver” do FMI (Fundo Monetário Internacional), que administrará esses recursos. O FMI é um dos principais responsáveis da crise atual, com a suas políticas privatizantes, desregulamentadoras e de pagamento da dívida. Como as medidas tomadas até agora são apenas para cobrir o rombo dos bancos, o PIB americano caiu impressionantes 5,5% no primeiro trimestre de 2009, depois de ter despencado 6,3% no últi-

mo trimestre de 2008.

No Brasil, Lula concedeu mais R\$ 300 bilhões entre isenções fiscais às grandes indústrias, empréstimos a bancos, “incentivos” aos grandes empresários, além de ter recentemente emprestado US\$ 10 bilhões ao FMI. E mesmo assim eles continuam demitindo os trabalhadores! Ao mesmo tempo, cortou R\$ 25,4 bilhões do orçamento, tirando recursos de áreas essenciais como saúde e educação.

O resultado dessa política é que, segundo o IBGE, a renda dos trabalhadores continua caindo. O desemprego em alta aflige milhões de brasileiros e a inadimplência cresce. Os atrasos superiores a 90 dias, por exemplo, dobraram em apenas 3 meses. Hoje, os empréstimos representam 43% do PIB – 1,259 trilhão, podendo chegar a 45%.

Não foram esses mesmos elementos que levaram a eclosão da crise em setembro passado?

Em vez de dar dinheiro a bancos e empresários e emprestar ao FMI, não seria o caso de o governo tomar uma medida para garantir a não-demissão dos trabalhadores? Ou alocar mais recursos para a reforma agrária, gerando renda e emprego no campo? Ou investir nos serviços públicos de saúde e educação?

- O Grupo dos 20 (ou G20) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Européia.

# INTERNET: informação e serviço na hora!



Se já tiver conta na página do Sindicato, entre com o número do CPF e a senha

Se não tiver conta, vá em **Criar Conta**

**FAÇA UMA VISITA!**

A PÁGINA DO SEU SINDICATO TEM:

- 🔗 ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DE NOTÍCIAS,
- 🔗 CANAL DE VÍDEOS,
- 🔗 BLOG,
- 🔗 UMA SÉRIE DE SERVIÇOS.

**Extrato**  
Convênios: Unimed, Reunidas, PersonalCard...

**Cadastro**  
Atualização de dados: nome, endereço, lotação...

Pesquisa de ações nas quais o filiado é parte interessada

**Ouvidoria**  
Enviar mensagem para o Sindicato

Fórum de cadastro de temas para debates

Propostas do Plano de Carreira e contratos

**Reservas**  
Fazer reserva para usar a sede do Campeche



**WWW.SINTRAJUSC.ORG.BR**

